



## **A diversidade sexual como debate na Residência Pedagógica: um relato de pesquisa sobre a discussão da LGBTfobia na formação de futuros professores de Geografia de uma universidade pública paulista**

The sexual diversity as a debate in the Pedagogical Residency: a research report on the discussion of LGBTphobia in the training of future Geography teachers of a public university of São Paulo

La diversidad sexual como debate en la Residencia Pedagógica: un relato de investigación sobre la discusión de la LGBTfobia en la formación de futuros profesores de Geografía de una universidad pública paulista.

**Gabriel Batista Mota<sup>1</sup>**

*Mestrando da Universidade Estadual Paulista, Marília/SP, Brasil.*

**Leonardo Lemos de Souza<sup>2</sup>**

*Professor da Universidade Estadual Paulista, Assis/SP, Brasil.*

*Recebido em: 24/07/2021*

*Aceito em: 01/09/2021*

### **Resumo**

O presente artigo disserta sobre o relato de uma pesquisa realizada com participantes da Residência Pedagógica de Geografia de uma universidade pública paulista e teve como objetivo entender se/como o programa promove o debate relacionado à discriminação de caráter LGBTfóbico entre os discentes envolvidos como uma maneira de preparar os futuros professores para atuar no sistema educacional nacional que pouco desenvolve esta temática. Para tal, a pesquisa utilizou o levantamento bibliográfico sobre o assunto, além de um questionário *on-line* com perguntas fechadas aplicado a 52 universitários de forma voluntária e anônima e que, na perspectiva da teoria pós-estruturalista e *Queer*, os pesquisadores constataram a ausência do conteúdo e a ineficiência da Residência Pedagógica no que tange ao diálogo sobre as discriminações a respeito das intolerâncias sexuais com os futuros docentes da educação básica brasileira.

**Palavras-chave:** LGBTfobia. Residência Pedagógica. Universidade Pública Paulista. Geografia. Educação Básica.

### **Abstract**

This article discusses a research report carried out with participants of the Geography Pedagogical Residency of a public university of São Paulo and aimed to understand if/how the program promotes the debate on

<sup>1</sup> E-mail: ogabrielmota@gmail.com.

<sup>2</sup> E-mail: leonardo.lemos@unesp.br.

LGBTphobic discrimination among students involved as a way of preparing future teachers to work in the national educational system that has little development on this topic. To this end, the research used a bibliographic survey on the subject, in addition to an online questionnaire with closed questions applied to 52 university students voluntarily and anonymously and that, in the perspective of the post-structuralist theory and queer, the researchers found the absence of content and the inefficiency of the Pedagogical Residence regarding the dialogue about the discriminations regarding sexual intolerance with future teachers of Brazilian basic education.

**Keywords:** LGBTphobia. Pedagogical Residence. Public University of São Paulo. Geography. Basic Education.

## Resumen

Este artículo analiza el relato de una investigación realizada con participantes de la Residencia Pedagógica de Geografía de una universidad pública paulista y tuvo como objetivo comprender si/cómo el programa promueve el debate sobre la discriminación LGBTfobia entre los estudiantes involucrados como una forma de preparar a los futuros docentes para trabajar en el sistema educativo nacional que tiene poco desarrollada esta temática. Para ello, la investigación utilizó una encuesta bibliográfica sobre el tema, además de un cuestionario on-line con preguntas cerradas aplicado a 52 universitarios de forma voluntaria y anónima y que, en la perspectiva de la teoría postestructuralista y *Queer*, los investigadores encontraron la ausencia de contenido y la ineficiencia de la Residencia Pedagógica en el diálogo sobre las discriminaciones por intolerancia sexual con los futuros profesores de la educación básica brasileña.

**Palabras clave:** LGBTfobia. Residencia Pedagógica. Universidad Pública Paulista. Geografía. Educación básica.

## Introdução

Uma investigação feita em toda a América Latina entre 2015 e 2016 revelou que 73% dos estudantes LGBTs maiores de 13 anos eram vítimas constante de LGBTfobia no ambiente escolar (LIMA, 2017), este panorama também se encontra no Brasil, dado revelado pela Universidade de São Paulo (USP) que quantificou que 70% dos alunos da educação básica já foram humilhados apenas por serem considerados não-heterossexuais (MANSUR, 2014), estas informações podem se confirmar já que em 2016 um outro levantamento mostrou que ao menos 60% dos jovens brasileiros sentiam-se inseguros para se afirmar LGBTs na escola (THATY, 2016).

A LGBTfobia é um tipo de *bullying*, importunação que foi estudada pela primeira vez em 1980 na Noruega pelo psicólogo Dan Olweus e que anos depois cunhou o termo '*bullying*' para designar as violações físicas ou morais ocorridas dentro da esfera escolar. Este tipo de humilhação se apresenta como um "[...] conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento [...]" (FANTE, 2005, p. 27) a membros de grupos menos favorecidos social, moral ou numericamente menor como uma forma de reafirmar a superioridade dos demais (NARDI, 2012).

Dito isto, o presente trabalho se origina do interesse em investigar como os universitários participantes do Programa de Residência Pedagógica de Geografia de uma universidade pública paulista lidam com o *tabu* da discussão acerca da sexualidade, tendo em vista que pesquisas voltadas ao *bullying* de caráter LGBTfóbico, mesmo com a emergência de grupos e movimentos sociais pró-diversidade (ALTMANN, 2013; VIANNA, 2015), ainda são pouco produzidas quando se trata de ocorrências no interior de instituições de ensino da rede básica (MOTA; FRANCISCO, 2018), tanto pela incapacidade de tal debate, como também pelo desinteresse, despreparo e medo por parte dos profissionais de Educação pela forte presença de preceitos cristãos nestas instituições e, sabendo disto, a presente pesquisa buscou entender entre os estudantes de licenciatura em Geografia, que participam do Programa de Residência Pedagógica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), como eles se relacionam com as diversas formas de um indivíduo expressar sua sexualidade.

O programa em questão é uma iniciativa governamental que ocorre nos cursos de licenciatura das universidades públicas e privadas do Brasil e que tem por objetivo aproximar o(a) discente da carreira e da esfera escolar, introduzindo-o(a), aos poucos, na organização e funcionamento de uma escola pública municipal e/ou estadual para “[...] induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso” (BRASIL, 2018).

Envolvendo professores(as) da rede pública como preceptores, que orientam os estudantes no funcionamento das escolas, docentes da Instituição de Ensino Superior (IES) que supervisionam o decorrer do projeto, e estudantes bolsistas e voluntários de cursos de licenciatura de cada IES que, durante pouco mais de 12 meses, conhecem na teoria e na prática o sistema educacional público brasileiro, auxiliam os preceptores em momentos oportunos e produzem relatórios frequentes sobre seu desenvolvimento/atuação no PRP (BRASIL, 2018).

Ciente do cenário de desamparo que o tema das Sexualidades possui na esfera pedagógica e que o PRP é um dos momentos oportunos para este debate, o estudo aqui exposto objetivou entender como os futuros professores se relacionam com a temática e, para tal, construiu um questionário *on-line* autoaplicável e voluntário destinado aos, aproximadamente, 60 discentes de Geografia, participantes da Residência Pedagógica, dos *campi* de uma universidade pública paulista.

O questionário, composto apenas por perguntas fechadas, foi divulgado nos grupos do *WhatsApp* da turma e em uma *live* realizada pelo programa da universidade estudada, obteve 52 respostas e, com

base nos pensamentos do Pós-estruturalismo e da Teoria *Queer*<sup>3</sup>, constatou que há pouco saber entre os licenciandos sobre a Diversidade Sexual expressa pela variedade de corpos e afetividades, além de, até o momento, não ter ocorrido nenhum debate específico sobre o assunto com os atuais membros do programa mencionado.

### **Breve percurso histórico do Movimento LGBT**

Sabendo que o debate da LGBTfobia na escola deve se basear, também, na história do Movimento LGBT e como os direitos foram conquistados e as lutas foram travadas através da história, um breve resumo deste percurso histórico se faz necessário para compreender suas particularidades e a importância, na esfera pedagógica, da discussão sobre as sexualidades e afetividades socialmente entendidas como não-convencionais. Por isso, as demonstrações afetivas que não se enquadram na norma heterossexual definem-se como a atração emocional e/ou física por pessoas do mesmo gênero ou por mais de um (FRY; MACRAE, 1985; SILVA; MAGALHÃES, 2008).

Assim como todos os comportamentos tachados como minoritários, a não-heterossexualidade possui uma aversão fomentada por um conservadorismo originário do Cristianismo (PEASE; PEASE, 2000) que, como consequência dos fortes preconceitos e da necessidade do Cristianismo em pregar um ato sexual apenas com fins de procriação criou-se, com o tempo, uma separação entre a afetividade e o ato sexual que provocou estudos incipientes sobre esta tendência religiosa, herdada do Império Romano, em banalizar as diferenças (LOURO, 1999) e, assim, iniciou-se uma difusão do pensamento crítico fora dos dogmas tão intensamente apregoados por aqueles que se denominavam ser os escolhidos por Deus (BRITZMAN, 1996; MOLINA, 2011).

O estudo de gênero e sua compreensão surgem pela forma como a cultura expressa as diferenças entre homens e mulheres e de que modo a caracterização das diferenças inerentes ou aprendidas entre os sexos pode servir como ponto auxiliar para compreensão da exclusão das pessoas que vivem a experiência homoerótica como entes capazes de direitos e obrigações (OLIVEIRA, 2009, p. 161)

---

<sup>3</sup> Em síntese, o Pós-estruturalismo é uma corrente de pensamentos interdisciplinar que, rompendo com o Estruturalismo, estuda temas mais profundos, subjetivos e renega a ideia de verdades absolutas (TEDESCHI; PAVAN, 2017), já a Teoria *Queer* foi formulada pela Sociologia a partir do pós-estruturalismo e tem como objetivo compreender como o desejo, as sexualidades e o afeto se apresentam ou são construídos histórica, cultural e/ou socialmente (MISKOLCI, 2009).

Com o avanço destas pesquisas e com a Igreja percebendo o burburinho que estavam causando, estas instituições também começaram a se organizar e a contratar jornalistas, escritores e intelectuais da época para publicarem livros e obras reafirmando, com falsos fatos, a impureza do sexo fora do casamento e das relações homoafetivas<sup>4</sup>, transformando essas temáticas em *tabus* e incitando a população à castidade ou à heterossexualidade forçada (BRITZMAN, 1996; MOLINA, 2011).

Um exemplo disto foram as estratégias sutis executadas pelo alto clero de frequentemente reeditar a Bíblia, alterando, principalmente, os trechos onde a homossexualidade ou a sodomia<sup>5</sup>, o adultério feminino e bigamia eram vistas como atos imperdoáveis aos olhos de Deus e que também foram adotadas, décadas depois, pelas correntes protestantistas (HELMINIAK, 1998).

Com o passar dos anos, os LGBTs começam a se organizar de forma incipiente para se proteger de atos violentos, mas é só no fim da década de 1960 que o chamado “movimento” se organiza de forma efetiva e se denomina com a abreviação GLBTT que significava Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (MOLINA, 2011), entretanto, após a morte da atriz Judy Garland em 22 de junho de 1969, famosa por interpretar a música “Over the Rainbow” que popularizou o arco-íris, os gays que eram muito fãs da cantora, foram às ruas para homenageá-la nos bares das ruas *Greenwich Village* e *Stonewall* (BEZERRA *et al.*, 2013) durante os dias seguintes, mas isso acabou resultando em várias ações policiais sem razões justificáveis e, como descontentamento, aproximadamente 10 mil GLBTTs de várias regiões dos Estados Unidos ocuparam as ruas e manifestaram-se em Nova Iorque por quatro noites seguidas, datando o dia 28 de junho, a partir de 1969, como o Dia Internacional do Orgulho GLBTT (REIS, 2007).

---

<sup>4</sup> O termo “homossexualidade” foi usado pioneiramente por Karoly Maria Benkert, um médico da Hungria em 1869 (MOLINA, 2011), com o objetivo de diferenciá-la da heterossexualidade por motivos médicos-morais e depois disso a palavra foi empregada pelo médico alemão Kraft-Ebing para especificar as múltiplas identidades sexuais (WEEKS, 1999). No Brasil, o vocábulo teve sua utilização inicial em 1894 por Francisco José Viveiros de Castro, um professor de Criminologia da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e desembargador do Distrito Federal no livro ‘Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual’ (MOLINA, 2011, p. 953).

<sup>5</sup> Esta palavra de conotação pejorativa foi, e ainda é, usada para se referir aos LGBTs, principalmente os masculinos, devido a história contida na Bíblia cristã, a partir do capítulo 19 do livro de Gênesis, sobre a condenação de Sodoma e Gomorra que teriam sido destruídas por suspeitas, linguísticas nas traduções mais recentes das bíblias, de relações homossexuais masculinas, mas que na verdade, segundo as transcrições originais em latim e hebraico e com traduções contextualizadas-críticas e não apenas literais, o ocorrido aconteceu não em razão da homossexualidade, existente e comum desde muito antes de Cristo, mas pela ausência de hospitalidade e generosidade, comportamentos importantes para o Messias cristão (HELMINIAK, 1998).

Ao mesmo tempo que os EUA começavam a lutar por igualdade e respeito às diferentes orientações sexuais, o Brasil enfrentava o cerco da Ditadura Militar que censurava qualquer tipo de discurso ou manifestação sexual que não estivesse enquadrada nas normas heterossexuais cristãs e, em conjunto com a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), que surge no início dos anos de 1980, os LGBTs passam a ser, ainda mais, estigmatizados não apenas como impuros, molestadores e pecadores, mas agora também como doentes e catalizadores de um vírus ainda pouco conhecido que, por descuido político e midiático, recebeu a alcunha de ‘câncer gay’ e, com isso, assumir-se LGBT deixou de ser um ato pessoal e privado e tornou-se uma ação pública e política contra a repressão e o preconceito crescente no país (MENDES, 2010).

Nos anos de 1980 o Movimento ainda nomeado como GLS ou GLBTT sofre uma grande queda de atuação e popularidade em função da AIDS majoritariamente atribuída a este público pelas sociedades globais conservadoras e é só na década seguinte, em 1990, que o grupo começa a se reerguer, volta a atuar com mais força política e midiática e adquire, também, apoiadores em outros setores sociais como na música, cinema, moda, educação, artes, etc. e, com isso, começa a contestar os padrões comportamentais heterossexistas impostos socialmente, esta atuação chega a tal ponto que, pela primeira vez na história do Brasil, o chefe do poder executivo, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita, em 2008, uma reunião de movimentos pró-diversidade (FACCHINI; FRANÇA, 2009).

Mesmo com alguns direitos igualitários conquistados nas últimas décadas, ainda é preciso perceber que as causas que resultam na LGBTfobia ainda se mantêm e, por isso, é necessário uma reflexão sobre este tema no cenário social para acabar com a violência direcionada aos não-heterossexuais (APÓSTOLO; MOSCHETA; SOUZA, 2017) em um contexto mundial no qual, mesmo com debates e a luta por direitos, ser um LGBT ainda é crime em mais de 70 países, além de um assunto pouco explorado no ambiente escolar em decorrência tanto do conservadorismo do setor, como ainda da forte influência do cristianismo no cotidiano e nas práticas pedagógicas contemporâneas brasileiras.

### **O debate da diversidade sexual no ambiente escolar**

A escola, independentemente do nível/esfera de ensino, é um local de enfrentamento social e também de aquisição de conhecimentos científicos, produzidos historicamente pelo homem. O grupo de

Gays<sup>6</sup>, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBTs<sup>7</sup>), referido, muitas vezes, como “minoria”, é, segundo levantamentos, o grupo mais atingido por atos gratuitos de agressões, verbais ou físicas no ambiente educacional (MOTA; FRANCISCO, 2018).

As diversidades sexuais e suas dissidências ainda são assuntos complexos e difíceis de debater nas sociedades, principalmente nas ocidentais, em função da divisão sexual das funções sociais, realizada desde muito cedo, quando os meninos e meninas são direcionados(as) a realizações e expectativas distintas baseadas, unicamente, em seu sexo biológico (FRY; MACRAE, 1985).

O estigma social era acreditar que se não “consertados”, os LGBTs tenderiam a ter condutas inconvenientes com o que se acreditava ser harmônico com o seu gênero biológico, assim, os gays agiriam de forma mais feminina e as lésbicas de maneira masculinizada (FRY; MACRAE, 1985). Estas atuações necessitariam ser analisadas e corrigidas, unicamente, pela psicologia ou psiquiatria, com intuito de tratamento, ao que se considerava doença ou desvio de conduta.

Este paradigma de medicalização só vai ser alterado em 17 de maio de 1990, quando a homossexualidade é retirada da Classificação Internacional de Doenças (CID) pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e, como resultado, muitos grupos e organizações pró-diversidade passaram a se organizar de forma um pouco mais livre, sem o estigma da patologização, como é o caso brasileiro que, em 31 de janeiro de 1995, cria-se a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) (PINHO; PULCINO, 2016).

Quanto ao cenário escolar, independentemente dos eventos da década de 1990, esse tema é tratado como arriscado, já que ainda se mantém vestígios da influência que a Igreja Católica mantinha sobre a educação até o século XX, porque, no viés religioso-educacional, a heterossexualidade era, e ainda é, a única orientação sexual vigorante e digna de zelo e apoio.

Altmann (2013) lembra que a interseccionalidade entre a Educação e as Diversidades Sexuais é tratada como indigna, na argumentação de poder dos grupos dominantes, já que geralmente a relaciona apenas com a Aids dos anos 80 e a proliferação das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs).

---

<sup>6</sup> A homossexualidade, masculina e feminina, é definida como as “[...] relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo.” (FRY; MACRAE, p.07), assim como a bissexualidade pode se configurar como o sentimento de atração por ambos os sexos e, a transexualidade, o desconforto com o próprio corpo e gênero.

<sup>7</sup> Embora existam variações desta sigla, os autores optaram por esta definição por ser mais antiga e, logo, mais conhecida tanto no meio acadêmico como fora dele.

A inclusão de um tema transversal intitulado orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) concretiza esse movimento. Elaborados em 1996 com o objetivo de estabelecer uma referência curricular nacional, os PCNs apresentam a educação sexual como um tema transversal, nomeado de “orientação sexual”, a ser trabalhado nas escolas brasileiras. De acordo com esta proposta, os temas transversais tematizam problemas fundamentais e urgentes da vida social, a orientação sexual sendo justificada pelo crescimento de casos de “gravidez indesejada” entre adolescentes e pelo risco da contaminação através do HIV (ALTMANN, 2013, p.74).

Resultado das ações sociais e acadêmicas da comunidade LGBT, Porto Alegre (RS), na década de 1990, foi a cidade pioneira no assunto da diversidade, pois via sua Secretaria Municipal de Educação (SMED), realizou programas de “Educação Sexual”, no início do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) por meio de uma formação para o ensino municipal (NARDI, 2012).

Atualmente o cenário educacional brasileiro ainda encontra empecilhos em debater as sexualidades sem a intervenção constante e desinformada dos setores conservadores/religiosos por vários motivos, tanto do despreparado dos docentes, quanto o “[...] forte controle heteronormativo, estando a heteronormatividade presente em seus discursos, silêncios e práticas, faz-se necessário repensar a lógica e desvelar os mecanismos de exclusão presentes no cotidiano escolar.” (PINHO; PULCINO, 2016, p.677).

Como efeito dessa inaptidão do sistema educacional em operar a favor da igualdade e segurança, os episódios de violência e agressão, gerados pela LGBTfobia, são corriqueiros nas instituições e, assim, põem a gestão e o corpo docente frente ao preconceito e à falta de formação e conhecimento de como atuar.

Se mudar o olhar da esfera escolar fundamental ou média para o ensino universitário também é possível observar que os cursos de licenciatura das principais faculdades do país, por exemplo, em sua maioria não possui uma disciplina específica para tratar as diferenças e discriminações, assim como a ausência crescente de materiais didáticos sobre o tema e docentes que sejam capazes de dialogar este assunto na esfera teórico-prática da futura carreira destes graduandos, não fomentando com complexidade a discussão sobre o sexismo e, assim, configurando o assunto como um *tabu* social cada vez maior (ALTMANN, 2013).

Com o objetivo de avaliar o envolvimento da comunidade, docentes e gestores sobre a diversidade e a LGBTfobia, Garcia e Bizzo (2018) observaram, *in loco*, o processo de elaboração dos Planos Municipais de Educação na região do ABC paulista (SP). Os autores (2018) notaram, sobretudo, a participação da população quanto ao tópico dos direitos LGBTs. Em todas as sete cidades da região (Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande

da Serra) houve claras discussões, contestações acaloradas e, no fim, a dissolução de todo tipo de tema que conseguisse auxiliar, de alguma maneira, a sociedade LGBT (GARCIA; BIZZO, 2018).

Independentemente do quão difícil for, a demanda sobre a diversidade sexual deve estar sempre em voga nos debates escolares, já que representa as várias formas com as quais o ser humano pode exercer sua identidade e afetividade em grupo ou individualmente, demonstrações estas que nem sempre estão obrigatoriamente ligadas ao ato sexual propriamente dito (COSTA, 1992; HEILBORN, 2004; GAGNON, 2006; CASS, 1984).

Embora nos dias atuais haja movimentos sociais que buscam o debate sobre a intolerância e o preconceito, é necessário levar esta discussão para o interior das instituições de ensino (NARDI, 2012), pois é onde ocorrem agressões e violações, às vezes validadas por estas instituições que não se posicionam contra este tipo de preconceito (ALTMANN, 2013), já que a classe de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBTs), muitas vezes considerada como “minorias sociais” é, segundo apontamentos, o grupo mais acometido por atitudes injustificáveis de agressões verbais ou físicas (PINHO; PULCINO, 2016).

Assim como os levantamentos apontados na Introdução deste artigo, um outro estudo que fundamenta as argumentações da necessidade destes debates no ensino é uma pesquisa realizada pelo *American Journal of Public Health* que afirma que uma das principais consequências da LGBTfobia frequente no cenário escolar é a alta probabilidade de suicídio entre os LGBTs de 13 a 18 anos, tendo sete vezes mais chances de recorrer a esta medida fatal do que os héteros desta mesma faixa etária (MOTT, 2009);

As identidades sexuais também deveriam ser debatidas nas escolas, assim como as de gênero, para que os estudantes entendessem com mais naturalidade a pluralidade de sexualidades e desejos que o ser humano pode manifestar em sua existência (RIBEIRO, 2008), mesmo que nem todos os professores sintam-se preparados para abordar estes assuntos por ainda estarem enraizados em sua formação conservadora e que pouco tratou de temas transversais como este (FERNANDES, 2008) e, por isso, realizar estas discussões desde a universidade é de extrema importância e o Programa de Residência Pedagógica é um destes momentos de formação de futuros docentes em que a discussão deveria ser cada vez mais presente no cotidiano dos participantes.

## Reflexão sobre os resultados do questionário

Para entender se/como o Programa de Residência Pedagógica de uma universidade pública paulista trata o debate sobre a LGBTfobia na escola, um problema frequente no ambiente pedagógico, os pesquisadores elaboraram um questionário *on-line* autoaplicável anônimo e voluntário contendo apenas 10 perguntas de múltipla escolha que teve 52 respostas e objetivou entender o que estes futuros professores de geografia, formados em uma universidade pública paulista, pensam sobre este tipo de discriminação.

A primeira pergunta mostrou que os residentes sabiam sobre o que se tratava a sigla e a temática do questionário. Ao responderem unanimemente “sim” para a pergunta se sabiam o que é a LGBTfobia, deixaram claro que, ao menos, um primeiro contato com o assunto já foi realizado e que não estavam totalmente desamparados de critério ou saber sobre a temática, além de já estarem familiarizados com o cenário global de preconceito e discriminação com corpos que não atuem conforme a norma sexual vigente e que, como lembra Miskolci (2009), tal intolerância é fruto da contraposição hetero-homossexual e que, a partir das reflexões pós-estruturalistas e *queer*, pode-se pensar em indivíduos sem a obrigação de responderem a padrões sociais construídos em eras remotas e reforçados cotidianamente por sujeitos incapazes de respeitar as diferenças afetivas alheias.

A segunda questão perguntou aos universitários se durante os encontros, reuniões ou *lives*, frequentes no calendário da Residência Pedagógica, houve algum debate sobre discriminação LGBTfóbica e 98,1% afirmaram que não houve nenhum tipo de discussão sobre esta temática. Esta interrogação nos traz ainda mais informações que necessitam ser debatidas, já que, embora estejamos em pleno século XXI com a ascensão dos vários estudos sexuais, algumas áreas do conhecimento, aqui enfatizando a Geografia e as Ciências da Natureza, ainda permanecem no sistema positivista de análise e mostram-se incapazes, desinteressadas ou despreparadas para debates de pontos mais complexos, profundos ou subjetivos por meio de outras metodologias, como a fenomenologia, o pós-estruturalismo ou até mesmo a Teoria *Queer*.

Dialogar e desconstruir a LGBTfobia com discentes de qualquer licenciatura tem sua importância na justificativa de que tal preconceito é, ainda, muito presente nas escolas da rede básica de ensino do país e que é necessário, também, desmistificar a ideia desta questão como um *tabu* intocável e lembrar que, do ponto de vista da Teoria *Queer*, “[...] o que parece estar fora de um sistema já está dentro dele e o

que parece natural é histórico” (MISKOLCI, 2009, p. 153), assim, não é mais plausível negar que discutir as sexualidades e possibilidades afetivas da corporeidade humana, na escola, não seja necessário, pois enquanto se pensa nisso há alunos sofrendo discriminação dentro das salas de aula e sob o olhar vigilante, porém condescendente, de algum (a) professor(a) conservador (a) ou despreparado (a) para intervir.

A terceira indagação foi sobre se, durante o curso frequentado pelos (as) participantes houve alguma discussão sobre a LGBTfobia a fim de promover o diálogo e a reflexão e a resposta “não” foi a escolhida por 71,2% dos entrevistados. A pergunta seguinte, que complementava a anterior, indagou se caso a resposta à pergunta 5 fosse “sim”, qual o grau de profundidade destas discussões. O mesmo percentual, 71,2% reafirmaram que não houve esse debate, 15,4% afirmaram que foi superficial e 13,5% disseram que foi aprofundado.

Percebe-se, nestas duas perguntas seguintes, o despreparo tanto dos professores universitários, quanto dos discentes ao assunto, além da ausência de tal debate nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos de Geografia desta universidade e no programa da Residência Pedagógica deste curso. Com isto, estes licenciandos não são apresentados aos questionamentos que seus futuros alunos formularão em sala de aula e nem às justificativas ou respostas que deveriam dar para cessar as cenas de discriminação cotidianas na esfera educacional.

Neste ponto, mais uma vez se faz necessário o estudo, ou ao menos as leituras ou conversas, sobre teorias que atribuiriam a estes profissionais o arcabouço teórico suficiente para derrubar esse *tabu* na escola, entre estas teorias poderíamos, novamente, citar o pós-estruturalismo e a teoria *queer* que ajudariam na compreensão das práticas sociais que sexualizam a sociedade em geral, já que hoje sabe-se que as sexualidades são um histórico dispositivo de poder e controle comportamental (SEIDMAN, 1996).

A quinta e a sexta pergunta interpelaram se no curso destes residentes pedagógicos havia alguma disciplina voltada unicamente a alguma discriminação e 65,4% disseram que sim, mas na seguinte, a resposta foi 100% negativa para se haveria alguma disciplina voltada exclusivamente à LGBTfobia, evidenciando que as poucas disciplinas que debatem unicamente o preconceito para com as minorias devem tratar do feminismo, racismo ou de algum outro grupo, exceto os LGBTs.

Este relato, assim como os anteriores, evidencia o pouco preparo de algumas áreas da Educação ao debate da discriminação sexual, mesmo que, no Brasil dos anos de 1990, uma das primeiras áreas a acolher a Teoria *Queer* tenha sido a escolar (MISKOLCI, 2012), as ditas Ciências da Natureza ainda não

avançaram nesta discussão ficando presas apenas à descrição de seus objetos de estudo e, aparentemente, esquecendo-se das interdisciplinaridades e dos temas transversais que aparecem, mesmo que indiretamente, nos documentos educacionais brasileiros. Isto se deve, não apenas às características desta ciência, ou da Educação como um todo, mas principalmente pelo do modo com que a circulação de informações ocorrida no início da segunda metade do século XX e pela força do Marxismo, as pesquisas que rompiam com os Estudos Culturais, como a Teoria *Queer*, tiveram pouco destaque até o momento e só chegaram ao Brasil, de fato, em meados da década de 1990 (MISKOLCI, 2012).

A sétima pergunta questionou se, quando forem professores, estes universitários se sentirão capazes de dialogar sobre a LGBTfobia com seus alunos, pais ou com a escola e 82,7% responderam que não, já na questão de número oito, 96,2% acreditam que a educação básica não está preparada para este tipo de discussão. Na penúltima pergunta, 78,8% pensam que a escola brasileira não possui interesse nesse assunto e na última indagação, 59,6% dos futuros professores se atribuíram a nota 04, em uma escala de zero a dez, no que diz respeito ao seu nível de saber sobre a LGBTfobia e sobre o público LGBT.

Estas últimas quatro questões se focaram na atuação da escola básica e em como estes futuros professores atuarão nela. É notável que a maior parte não se sente capaz de, em algum momento, promover ou levantar a questão das identidades sexuais justamente por não terem sido preparados para tal empreitada, como demonstram as seis questões anteriores.

Esta ocorrência decorre da natureza da Educação, já que ela, desde meados do século XVIII, quando o Estado passa a intervir no cenário pedagógico brasileiro, sempre se configurou como um espaço de normatização e de construção de um sentimento de pertencimento e patriotismo, naturezas estas que podem ser entendidas como uma biopolítica<sup>8</sup> e que foram observadas desde o século XIX, tanto no Brasil quanto na Europa, por pensadores como Foucault, Durkheim e Goffman (FOUCAULT, 2007).

Goffman, um sociólogo norte-americano notou, por exemplo, que é na escola que as crianças terão seu primeiro contato direto com a sociedade e com seus preconceitos, já que antes elas eram, de certa forma, protegidas por seus parentes do mundo exterior, mas ao chegarem nas instituições de ensino se

---

<sup>8</sup> Para o filósofo Michel Foucault, a “Biopolítica” era uma expressão do “Biopoder” que, em resumo, é a forma com a qual as instituições hegemônicas, o Estado e/ou o Governo conseguem controlar cada aspecto da vida dos cidadãos, tanto os objetivos e materiais, quanto até os mais subjetivos e abstratos (LOPES; RECH, 2013).

deparam com um cenário normatizador que evidenciará aquilo que socialmente se julga serem seus defeitos e, em certo grau, os punirá e esta, por exemplo, é a situação dos LGBTs que, nos raros casos em que são acolhidos por seus familiares, serão humilhados de várias formas até mesmo dentro da sala de aula sob o olhar seletivo de um professor que não possui interesse ou preparo para não apenas impedir tais feitos, mas também para contestar este sistema social no qual um comportamento é visto como normal e os demais como anormais e passíveis de condenação e, uma vez mais, é neste momento que pensamentos como os pós-estruturalistas e *Queer* seriam de grande ajuda e, mesmo que seja difícil de inseri-la neste ambiente, o primeiro passo é fomentar o diálogo crítico, tanto com os agressores quanto, principalmente, ouvir e dar voz para aqueles alunos que cotidianamente são invisibilizados, excluídos ou violentados por esta esfera institucional escolar normatizadora, cruel e indiferente às necessidades e dificuldades não-conteudísticas de seus estudantes.

### **Considerações finais**

A LGBTfobia é um problema sério que perpassa séculos no Brasil e que ainda atinge a centenas de estudantes das escolas públicas e privadas do país. Para sanar esta questão é preciso, antes de tudo, de políticas públicas que amparem o diálogo sobre o preconceito.

Também é necessário entender que temas como este devem estar na pauta não apenas dos órgãos públicos-políticos, mas também nas instituições de ensino da rede básica até a superior, entretanto, com falas a partir de docentes e profissionais da educação, não apenas de médicos, enfermeiros, psicólogos ou membros da área da saúde, como é comum se fazer, o que contribui para a ideia de doença ou distúrbio às orientações sexuais não-heterossexuais.

É preciso destruir este *tabu* a partir da realidade de que o Brasil é o país que mais mata LGBTs no mundo, é o lugar onde a média etária de uma pessoa transexual dificilmente ultrapassa os 35 anos, é a nação que mais expulsa jovens menores de 17 anos de casa, onde as agressões físicas, verbais, virtuais e psicológicas contra LGBTs são constantes nas escolas e isto ocorre porque, muitas vezes, estas instituições validam tais ações ao não se posicionarem de forma adequada contra este tipo de importunação desrespeitosa e criminosa e, também, é o território onde as instâncias máximas do poder judiciário tiveram de intervir com leis para proteger a população LGBT em virtude da inércia do

legislativo que, em sua maioria, é controlado por setores conservadores como o religioso, militar e agropecuário.

Por isso, a partir dos dados apresentados pelas questões do formulário autoaplicável é possível perceber que a LGBTfobia ainda é um *tabu* nas universidades e cursos de licenciatura, mesmo nas públicas de prestígio e com grau elevado de notas Capes e pesquisas. Também é possível notar o despreparo dos futuros professores sobre a temática, assim como a ausência desta discussão no âmbito acadêmico.

Portanto, é cada vez mais necessário que tanto as Instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas, quanto os cursos de licenciatura se preparem para temas como este tendo em vista o percentual crescente de mortes, agressões, depressões e evasão escolar do público LGBT que recorre a tais medidas extremas como demonstração de puro desamparo dos agentes políticos, econômicos, sociais, educacionais e jurídicos do Brasil.

## Referências

ALTMANN, Helena. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. ***Sexualidad, Salud y Sociedad***, Rio de Janeiro, n. 13, abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sess/n13/n13a04.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

APÓSTOLO, Marcos Vinícius do Amaral; MOSCHETA, Murilo dos Santos; SOUZA, Laura Vilela e. Discursos e posicionamentos em um encontro de diálogo sobre violência a LGBTs. ***Psicologia USP***, São Paulo, v. 28, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v28n2/1678-5177-pusp-28-02-00266.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.

BEZERRA, Alana Rebeca.; PEREIRA; Antônia Danicleide.; MAIA, Luana Pereira; MATIAS, Luciana Araújo; SILVA, Luciana Bastos. Movimento LGBT: breve contexto histórico e o movimento na região do Cariri. ***Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia***, Juazeiro do Norte, v. 1, n. 3, set. 2013. Disponível em: <https://interfaces.leaosampaio.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/29/pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. ***Programa de Residência Pedagógica***. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRITZMAN, Deborah. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. ***Revista Educação e Realidade***, v. 21, p. 71- 96, jan./jun. 1996.

CASS, Vivienne. Homosexual identity: a concept in need of definition. **Journal of Homosexuality**, New York, n.9, p.105-126, 1984.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará, 1992.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 3, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2933/293322974004.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2020.

FANTE, Cleo. **Fenômeno Bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2. ed. Campinas: Verus, 2005.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Precisamos discutir as homossexualidades na escola?. *In*: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Fabiane Ferreira da; MAGALHÃES; Juliana Cristina; QUADRADO, Raquel Pereira (Orgs.). **Educação e sexualidade**: identidades, famílias, diversidade sexual, prazeres, desejos, preconceitos, homofobia... Rio Grande: FURG, 2008, p. 152-157.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural / Editora Brasiliense, 1985.

GAGNON, John. **Uma interpretação do desejo**: ensaios sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GARCIA, Paulo Sérgio; BIZZO, Nélío. O processo de elaboração dos planos municipais de educação na região do Grande ABC. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.43, n.1, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v43n1/2175-6236-edreal-68702.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020

HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Dois é par**: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HELMINIAK, Daniel. **O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade**. Edições GLS: 1998.

LIMA, Verônica. Estudantes LGBT se sentem inseguros nas escolas, aponta pesquisa. **Agência Câmara Notícias**, Brasília, 18 out. 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/546799-ESTUDANTES-LGBT-SE-SENTEM-INSEGUROS-NAS-ESCOLAS,-APONTA-PESQUISA.html>. Acesso em: 21 jun. 2020.

LOPES, Maura Corcini; RECH, Tatiana Luiza. Inclusão, biopolítica e educação. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/12942>. Acesso em: 5 ago. 2021.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

MANSUR, Carolina. Estudo da USP aponta que mais de 70% dos homens homossexuais já sofreram humilhações. **Uai – O portal dos mineiros**, 19 maio 2014. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/saude/2014/05/19/noticias-saude,192407/estudo-da-usp-aponta-que-mais-de-70-dos-homens-homossexuais-ja-sofrer.shtml>. Acesso em: 21 jun. 2019.

MENDES, Leo. **A história do movimento homossexual brasileiro**, 2010. Disponível em: <https://lgbtt.blogspot.com/search?q=A+hist%C3%B3ria+do+movimento+homossexual+brasileiro>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MISKOLCI, Richard. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/BkRJyv9GszMddwqpnrcrJvdn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 ago. 2021.

MISKOLCI, Richard. **Teoria *Queer*: um aprendizado pelas diferenças**. Autêntica: Belo Horizonte, 2012.

MOLINA, Luana Pagano Peres. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Antíteses**, Londrina, v. 4, n. 8, jul./dez., 2011.

MOTA, Gabriel Batista; FRANCISCO, Marcos Vinícius. **Bullying e LGBTfobia: um balanço da produção de artigos científicos no contexto escolar brasileiro**. 2018. 15 f. Monografia (Pós-graduação em Docência e Gestão na Educação Superior) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2018.

MOTT, Luis. O jovem homossexual: noções básicas para adolescentes, jovens gays, lésbicas, transgêneros e seus familiares. *In*: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. (Org.). **Educação sexual: em busca de mudanças**. Londrina: UEL, 2009, p.17-33.

NARDI, Henrique Caetano. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Rio de Janeiro, n. 11, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sess/n11/a04n11.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2020.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues. Fronteiras invisíveis: gêneros, questões identitárias e relações entre movimento homossexual e Estado no Brasil. **Revista Bagoas**, n. 4, p. 160-172, 2009.

PEASE, Allan; PEASE, Barbara. **Por que os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor?: uma visão científica (e bem-humorada) de nossas diferenças**. 13. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

PINHO, Raquel; PULCINO, Rachel. Desfazendo os nós heteronormativos da escola: contribuições dos estudos culturais e dos movimentos LGBTTT. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 42, n. 3, jul./set. 2016.

Gabriel Batista Mota, Leonardo Lemos de Souza

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v42n3/1517-9702-ep-S1517-97022016148298.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

REIS, Toni. O movimento homossexual. *In*: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. (Org.). **Homossexualidade e educação sexual**: construindo o respeito à diversidade. Londrina: EdUEL. 2007. p. 101-102.

SEIDMAN, Steven. **Queer Theory/Sociology**. Malden: Blackwell, 1996.

SOBRINHO, Wanderley Preite. **Brasil registra uma morte por homofobia a cada 16 horas, aponta relatório**. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/20/brasil-matou-8-mil-lgbt-desde-1963-governo-dificulta-divulgacao-de-dados.htm>. Acesso em: 18 jul. 2019.

THATY, Mônica. **Estudo mostra dados sobre insegurança de jovens homossexuais na escola**. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/503087-estudo-mostra-dados-sobre-inseguranca-de-jovens-homossexuais-na-escola/>. Acesso em 13 out. 2021.

TEDESCHI, Sirley Lizott; PAVAN, Ruth. A produção do conhecimento em educação: o Pós-estruturalismo como potência epistemológica. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, set./dez. 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5858348>. Acesso em: 11 ago. 2021.

VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 41, n.3, jul./set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-1517-97022015031914.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.